Informação à comunicação social

CCP considera Orçamento do Estado 2027 insuficiente para a Economia real e alerta para abrandamento económico em consequência da redução do investimento público

Lisboa, 25-11-2026 - A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), considera que a estabilidade e a previsibilidade das políticas públicas não saíram reforçadas do processo de debate orçamental que levou à versão final do Orçamento do Estado para 2027.

Nas palavras do presidente da CCP, Gustavo Paulo Duarte: "O Orçamento do Estado apresentado pelo Governo passou, porque tinha que passar no atual contexto político, mas está ausente deste emaranhado de propostas de alteração uma visão estratégica necessária para responder aos desafios de crescimento, aumento da produtividade e verdadeira criação de valor, que se colocam ao país".

Assim sendo, no que toca às empresas e em particular aos setores do Comércio e dos Serviços, a CCP considera que a forma final deste Orçamento do Estado, após a sua discussão, apenas reforça a observação de que este OE é insuficiente para a economia real, não aligeira a carga fiscal e contributiva globais e não permitirá às empresas contrariarem o aumento dos custos do trabalho.

De igual modo, não são visíveis medidas concretas de simplificação administrativa ou de redução do contencioso fiscal. Também nesse contexto, para a CCP, o OE 2027 ficou claramente aquém das expectativas.

A Confederação do Comércio e Serviços realça ainda que a redução do investimento público é preocupante e terá como consequência um abrandamento da economia. Mais uma vez, a CCP critica que não se tenha apostado na valorização de infraestruturas nacionais que são

CCP – CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL

Av. D. Vasco da Gama, 29 T. +351 213 031 380 ccp@ccp.pt

1449-032 Lisboa F. + 351 213 031 401 www.ccp.pt

essenciais para aumentar a competitividade e a coesão social, traduzindo-se em elevados custos de contexto para as nossas empresas e que as propostas apresentadas pela Confederação - como o cumprimento do Acordo de Concertação Social em matéria de redução das tributações autónomas ou o alargamento da taxa reduzida de IRC – tenham ficado pelo caminho, o que é negativo para a competitividade das empresas.

Finalmente, a CCP afirma concordar com a análise efetuada pela EY no seu relatório 'Tax Alert' de análise à Proposta de Orçamento do Estado para 2027, quando referido que: "Ficam por endereçar medidas que seguramente iriam reforçar a competitividade das empresas e ajudar na resposta à crise habitacional, nomeadamente: a) A redução gradual da derrama estadual. O Programa deste Governo assume o compromisso de "eliminar, de forma gradual, a progressividade da derrama estadual em sede de IRC", sendo que até à data ainda não ocorreu qualquer alteração nesta matéria. b) A redução das tributações autónomas. Recorde-se que o compromisso assumido em concertação social prevê uma redução acumulada das tributações autónomas em 20% até 2028. Ainda estamos longe de atingir este compromisso".

Tendo em conta tudo o acima referido e o contexto de grande incerteza internacional vivido, a CCP reforça que este Orçamento do Estado para 2027 deveria ter sinalizado uma aposta estratégica clara nas empresas, como motor de crescimento económico e social, o que não aconteceu e constituiu uma oportunidade desperdiçada.

Pela positiva, regista-se quer a manutenção do incentivo à valorização salarial, ajustando ao valor previsto no Acordo (4,5%), quer a manutenção do regime fiscal dos prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço.

Consultores de Comunicação CCP:
Alexandre Barata – Tlm: 969654824 e João Villalobos – Tlm: 915086877